

Dieter Kremer (Trier)

Ofícios mecânicos, indústria e vocabulários em Portugal no Século das Luzes

1. A presente contribuição pode, de certa forma, considerar-se como a continuação lógica da minha intervenção no Congresso de Berlim em 2001, intitulada «A primeira «Revolução Industrial» e a língua portuguesa» (Kremer 2001). Hoje, porém, a tónica incide sobretudo sobre as profissões e o ambiente em que se inserem: entro, pois, mais claramente no campo do *Altromanisches Berufsnamenglossar*, um projecto que venho prosseguindo desde há longos anos, afastando-me um pouco mais da história da língua.¹ Paralelamente, o material de base utilizado é menos limitado, ainda que não examinado de forma sistemática. As fontes principais são os *Elementos para a história do município de Lisboa* (Oliveira 1882/1911), o *Cartório da Junta do Comércio*, do qual os documentos mais importantes e que tocam a capital foram publicados por Santana (1976; 1978),² e aos quais me reportarei em seguida. Para a história dos ofícios mecânicos, o inventário de Langhans (1943 e 1946), reveste-se de extraordinária importância. Na base da interpretação histórica está o estudo de Macedo

1 Penso não ser necessário abordar em pormenor esse projecto tão complexo como é o «Glossário dos nomes de profissão nas línguas românicas medievais», um projecto que foi já apresentado várias vezes (cf., p.ex., Kremer 2000).

2 «[...] ao longo destes livros acompanhamos a par e passo os quase 80 anos de vida da Junta e, mais importante do que isso, acompanhamos um dos períodos mais significativos da evolução da sociedade portuguesa. Esta documentação dá-nos, pois, um reflexo da realidade social portuguesa e também, por vezes, notícia das tentativas para actuar sobre essa mesma realidade. Mas era em Lisboa que a Junta estava instalada e aí funcionavam igualmente organismos dela dependentes, como a Mesa do Bem Comum, a Aula do Comércio, a Casa dos Seguros; e, dada a tradicional macrocefalia do nosso corpo social, não nos surpreenderá que neste século XVIII português que, com a Junta, até 1834 se estira, o Portugal que mais aparece seja a Corte, a realidade social portuguesa mais presente seja a realidade social lisboeta [...] Num joeirar escrupuloso de todo o material, procurou-se que não ficasse por referenciar qualquer alusão, ainda que fugidia, a topónimos ou instituições lisboenses, qualquer pincelada, ainda que descolorida, da vida citadina, qualquer evento público ou medida de carácter administrativo que, mesmo tenuemente, repercutisse no quotidiano de Lisboa e dos seus habitantes [...] em todas as transcrições procurou-se respeitar cuidadosamente a grafia original [...]» (Santana 1976: Introdução).

(1982), paralelamente aos capítulos correspondentes nas grandes obras de referência de Serrão (1990) e de Mattoso (1993) ou do *Dicionário de História de Portugal* (Serrão 1979).

A minha contribuição é feita na óptica do estudioso da história da língua, não se pretendendo de forma alguma apresentar uma análise sistemática do desenvolvimento industrial de Portugal, do mercantilismo ou de questões sócio-históricas.

2. A minha intervenção incide sobre alguns exemplos escolhidos ao acaso da documentação da Junta do Comércio, fundada em 30 de Setembro de 1755 (Santana 1976; 1978) e que complementam as informações de Macedo (1982). Seria, aliás, muito interessante uma análise histórico-linguística sistemática dos textos administrativos portugueses do séc. XVIII. Ao mesmo tempo, seria útil a elaboração paralela de estudos monográficos, já que a colocação da tónica sobre um aspecto específico relega facilmente os outros para segundo plano. Mas é precisamente esta interacção, por exemplo, da história da técnica e dos ofícios mecânicos, da história social e da linguística histórica (sobretudo no que respeita a questões lexicológicas) que permitiria uma visão de conjunto a partir da qual se compreenderiam mais facilmente aspectos específicos (Godinho 1955: 291).

Limitar-me-ei a Portugal Continental no séc. XVIII, apesar de o Brasil desempenhar um papel de relevo, sobretudo no sector da economia. Da mesma forma, não tratarei especificamente dos ofícios mecânicos tradicionais organizados pela Casa dos Vinte e Quatro e pelo Senado da Câmara de Lisboa. O tema é demasiado complexo para ser incluído nesta contribuição, ainda que neste mesmo contexto fosse interessante acompanhar a evolução das profissões, o seu surgir e o seu desaparecer, no período compreendido entre os «Regimentos» de 1572 (Correia 1926) e a sua reorganização em 1771. Só um exemplo: Em 1771, ofícios como os de *azevicheiro*, *barreteiro*, *guadamecileiro*, *brunidor*, *espadeiro* etc. ou *borzigueiro*, *chapineiro* etc. deixam de ser referenciados, já que as modas que lhes tinham dado origem haviam deixado de existir; *lapidairo* (ou *lapidário*) tornara-se *lapidador* etc.³ Citando Macedo (1982: 21-22), pode dizer-se «que, em Portugal, o estudo da técnica industrial do passado está por fazer».

3 Veja o importante resumo dos ofícios e grupos profissionais em Macedo (1982).

3. A criação da *Aula do Comércio* no ano de 1759 reveste-se igualmente de muito interesse. De certa forma, esta *Aula do Comércio* recorre à formação profissional dos ofícios mecânicos, tal como nos «Regimentos» os encontramos descritos, antecipando as escolas técnicas profissionais ou comerciais. Um estudo sistemático desta instituição seria igualmente muito interessante, até na óptica histórico-social. A criação de uma formação profissional específica no quadro da Junta do Comércio é onnipresente em toda a documentação a que recorremos, devendo, porém, fazer-se uma distinção entre formação geral e formação profissional especializada. Esta última recebera já na altura uma atenção muito especial, também por parte das grandes empresas fabris, interessadas na formação de novos trabalhadores. Ver, por exemplo, o seguinte exemplo de 1792:

Joaõ Maria Policarpo May natural de Leaõ de França [que havia vinte e cinco anos desempenhava] o lugar do primeiro debuxador e lente da Aulla de Dezenho da Real Fabrica das Sedas (1792; Santana 1976: 536).

Os alunos da Aula do Comércio eram escolhidos com o maior cuidado, reservando-se esta instituição o poder de controle, segundo o modelo:

para o proximo curso, que está a abrir-se, se não admittam mais que até ao número de duzentos aulistas, sendo estes bem escolhidos e com todas as partes e qualidades que posam afiançar o seu aproveitamento (1755; Santana 1976: 380).

alvará para abrir logem da Classe de Lençaríã no seu respectivo arruamento, sendo primeiro examinado pelo lente da aula do commercio, para constar verdadeiramente da sua capacidade na competente excripturação (1784; Santana 1976: 485).

Uma formação contabilística que constituía para alguns escolhidos a porta de entrada na profissão docente:

nomeaçam dos praticantes da Contadoria da Junta e assistentes numerarios da Aula do Commercio; e creação de outra para a lingua francesa (1761; Santana 1976: 98)

ou

[pagamento de emolumentos aos aulistas para isso escolhidos, à nomeação de quatro para praticantes da Contadoria e à criação de uma Aula de Língua Francesa] (1761; Santana 1976: 100).

A criação de cursos de francês, paralelamente às disciplinas especificamente ligadas ao comércio, dá-nos uma visão interessante do

meio cultural de então. Uma outra intervenção se debruçará, porém, sobre este tema.

Paralelamente aos cursos próprios, a Junta do Comércio fomentava igualmente a formação profissional realizada por instituições privadas. Os argumentos utilizados, o financiamento e a organização do ensino sobressaem claramente do exemplo seguinte:

Nesta corte ha huma pequena fabrica de letras p.^a imprentas, cuja manufactura e segredo se tem reservado Henrique Jozé Belinque natural deste Reino. A perfeição da obra hé igual a toda a melhor que vem dos reinos estrangeiros, e fora desnecessaria esta introduccão se a quantid.^c da que se fabrica em Lisboa correspondera á bondade da mesma manufactura. Assim o dezejavaõ todos os impressores, quando por occaziaõ que do terremoto se queimáraõ as suas officinas e foi necessario que V. Mag.^{de} determinasse ao referido mestre as impressas que devia servir com orden de preferencia; mas he tanto pelo contrario que com a vida deste homem se acabará esta arte, porque não tem ensinado pessoa alguma, nem o intenta fazer, menos que não seja animado e protegido com algum certo rendimento annual como por ajuda de custo. Na concideração de que esta e outras muitas utilidades tem perdido o Reino por falta de premios e protecção dos inventores, propoem a Junta a V. Mag.^{de} que no pavimento terreo das cazas que tem alugado p.^a suas conferencias se pode estabelecer huma escola publica, em que se admitta, por alguns annos, hum competente numero de aprendizes, aos quaes gratuitamente se ensine a referida arte, contribuindo-se pelo Cofre da Junta com duzentos mil reiz em cada hum anno p.^a o mestre da mesma aula, que se dá por satisfeito com esta / ajuda de custo, ficando-lhe livre o producto da referida officina; na qual devem fazer por sua conta as necessarias despezas.

Com o mesmo intento e formalidade propoem a V. Mag.^c outra semelhante escolla de marcinaria da mayor perfeição, p.^a que há mestrez de bem conhecido engenho, e entre elles, hum chamado Manuel Angelo, natural deste Reino. Tambem no pavimento terreo das referidas cazas há bastante accomodação para esta fabrica [...] (1758; Santana 1976: 54-55).

4. A especialização, a técnica, o espírito pioneiro são três conceitos-chave da época em consideração. No centro deles encontram-se o génio inventivo, a palavra de ordem é a de *inventor*, e o lucro económico, sobretudo através do registro de patentes, a *exclusividade*. Na óptica do Estado, um balanço comercial equilibrado é condição para o êxito económico. A interacção destes factores encontra-se profusamente ilustrada na documentação de que dispomos. A título de sensibilização e ilustração cito apenas alguns exemplos. Assim, na passagem seguinte, tocam-se o investimento, a produção barata e a formação profissional:

[...] fora o primeiro portuguez que à custa de / avultadas despesas e trabalhozas experiencias descobrira e ensinara no decurso de mais de vinte annos o methodo de refinação da Prata, unicamente pelo salario de outocentos reis por dia, evitando a grande despesa de quatro mil reis por dia que a Real Fabrica até aquele tempo estava fazendo com hum mestre estrangeiro que não ensinava aprendizes. Que falecendo o dito marido da suplicante, sem ter conseguido por tão uteis servissos outra recompensa mais que o dito salario nos dias em que trabalhava, e sem deixar outros bens que huma fabrica de tirador de ouro [...] e vendo a supp^{te} que não era com templada [...] com huma tença, assim como o haviaõ sido as viúvas dos mestres da tinturaria, das cartas de jogar e de outros officios da Real Fabrica: se propuzera a mesma supp^{te} com seus filhos a continuar na laboração da ditta fabrica de tirador de ouro [...] [pedia autorização para poder também] manufacturar toda a qualidade de galoens, rendas, espequilhas e franjas de ouro e prata fina [...] (1796; Santana 1976: 563-564).

Na contrapágina surge a situação seguinte, apresentando pela primeira vez o conceito de *patriotismo*, juntamente ao vocabulário técnico:

Francisco Paliart negociante da praça desta cid.^e que animado do mesmo patriotismo que tem dado imença prova, mandara vir a sua custa de Payzes Estrangeiros todos os Officiaes precisos p.^a estabelecer huma Fabrica / inteiramente nova neste Reino, de muitos tecidos de ponto de chevron, ponto de sarja, ponto de malha fina, meyas de peluça, meyas às direitas, e às avessas, meyas atravessadas, e pontos de tecido dourado, os quaes tinham conceguido fazerem-se já nesta Cidade (1796; Santana 1976: 563).

Mas não são apenas as engenhosas técnicas e a produção em massa que promovem a expansão económica. Há sectores bem diferentes onde se tenta igualmente «acompanhar a evolução», como acontece por exemplo no seguinte trecho:

Januario Glz Ledo com loge de drogas estabelecida nesta cidade que pelos grandes conhecimentos que tem adquerido destes generos no espaço de mais de vinte annos, chegou a descobrir no termo de Cintra, Ericeira e no desta cidade certos barros mineiras de cores que depois de moidos e beneficiados vem a ser as tintas ordinarias chamadas ocre claro, roxo terra, almagre, cré e bolos armenios brancos e vermelhos tudo de tão boa qualidade como os de fora (1801; Santana 1976: 598).

Numerosos requerimentos ultrapassam os limites de um objectivo concreto, mas completam a imagem de uma época comercial movimentada. Assim, e cito, o:

[requerimento do inglês João Hedgcock (?) que dizia] ser constructor de navios e que queria mostrar nesta corte o seu prestimo e habelidade que tinha p.^a as obras do seu offício e p.^a outras rarissimas couzas nunca

vistas neste Reino q(ue) lhe podiaõ ser uteis, como por exemplo moinhos de vento sem vellas por fora q(ue) moem com muito pouco trabalho quatro sacos de trigo, emquanto outros moem dois; e outras muitas raridades e ideas [...] (1800; Santana 1976: 596).

é indeferido por proposta da Junta do Comércio, por o requerente não apresentar propostas concretas.

Sem a autorização explícita da Junta do Comércio ou da subsecção *Mesa do Bem Comum* (estabelecida desde 1757) nenhum comerciante podia abrir uma loja. Era também aqui que se decidia quais as mercadorias e suas proveniências que podiam ser colocadas no mercado. Neste contexto, a lista «dos generos pertencentes a cada huma das classes dos mercadores comprehendidas nestes Estatutos» é elucidativa, fazendo uma distinção entre os *géneros privativos* de um ramo comercial e os *géneros cumultativos*, que podiam ser comercializados por vários ramos.⁴ Os *mercadores* encontram-se distribuídos pelas cinco *classes* de *mercadores de laã e seda*, os *mercadores de lençaria*, os *mercadores chamados da Capela*, os *mercadores chamados da Porta da Mizericordia* e os *mercadores das logens de retroz*. A acrescentar a eles as «fazendas privativas para o trafico das mulheres estabelecidas com alvaras de licença da Junta do Comm.^{cio}» (1783; Santana 1976: 476-481); aliás registava-se um certo clima de tensão com os *algibebes*, que intervinham neste comércio.

Muito numerosos os pedidos de isenção da obrigatoriedade de arruamento, vinculativa para a maior parte dos ofícios mecânicos e classes profissionais desde a Idade Média e que se espelha ainda hoje nos nomes das ruas nas partes históricas das cidades de tradição medieval.

4 Por exemplo, os «mercadores de Lençaria, chamados de Fancaria [...] arriagens cruas, e curadas [bretanhas, alemãs ou francesas], bocaxins da terra, ou de fora [brins de Alemanha, ou de França, crús, ou curados] ditos riscados, e lizos, cambrayas finas, e ordinarias, e cambrayetas [chitas] colchas de Arrayolos, ou Tagarro, e cobtores, e godrins, constança de toda a sorte, crés de Alemanha ou de França, esguiões, grossaria de toda a sorte, [lenços, linhas riscadas de Hamburgo, lonas e meias lonas, mantas de toda a qualidade [holandilhas do Reyno em grosso [panos de linho, sufoliés] e toda a mais lençaria branca, ou de cores das fabricaz destes Reynos, ou vindas da Azia pelas naus portuguezas, e das fabricas dos reynos estrangeiros sendo permittidas [com excepção de] as holandas finas, e cassas de flores, e listadas, q(ue) são anexas ás logens da Capella, com as quaes tambem sera commua a venda das escomilhas, e cambrayas finas, esguiuens, e lenços finos de algodão» (1757; Santana 1976: 44).

5. Considero relevante a presença massiça de estrangeiros. Uma pesquisa mais pormenorizada deste fenómeno podia, aliás, aclarar não só numerosos aspectos da história social e cultural portuguesa como também fornecer elementos preciosos sobre a situação nos países de origem e, claro está, a história da língua. O cosmopolitismo da Lisboa do séc. XVI por exemplo no sector do comércio ou da tipografia é bem conhecido, apesar de não ter sido ainda estudado em todos os pormenores. O papel, por exemplo, dos escravos e, certamente, dos cristãos-novos abre talvez perspectivas neste momento menos conhecidas. Na segunda metade do séc. XVIII regista-se uma evolução semelhante, interrompida pelo *intermezzo* francês (que não terá, talvez, ainda sido analisado adequadamente), pelo desastroso Tratado de Methuen com a Inglaterra em 1810⁵ e com o fim do Antigo Regime. Esta evolução e o ambiente de inovação e de mudança mesmo palpável têm de se interpretar no contexto europeu e ser de inseridos no quadro da industrialização, da descoberta de novos métodos de produção, da prolífica criação de novas empresas (Dias 1955; Caetano 1987: 250), do registo de patentes e do comércio com os territórios de além-mar (sobretudo Brasil e, embora sob outra forma, com a Inglaterra). Nesta época, temporariamente, Portugal foi um país de imigração. Este último aspecto é atestado por lexemas centrais como *galego*⁶ ou *maltês* (discutido), merecendo ambos ser objecto de uma monografia abrangente. No entanto, estes trabalhadores migrantes vêm-se lado a lado com numerosos empresários por conta própria.⁷

5 «Acontecimentos que devem ser tomados em conjunto, pela unidade dos efeitos que fizeram sentir. Embora não imediatamente, mas passados alguns anos, aqueles factos e suas consequências são evidentes» (Barbosa 1962: 322; veja também Caetano 1987: 253).

6 Cf. Serrão (1979: s.v. *galego*). Algumas notas na perspectiva da Galícia contemporânea em Kremer (1998).

7 Veja também Macedo (1982: 94-95): «Tal como nos naturais, são pobres os artifices e ricos os mercadores. Esta modesta imigração artesanal depressa se fundia com a população geral. Dispersos pela Alfama, Santa Catarina, Santos-o-Velho, S. Paulo aparecem numerosos ingleses carpinteiros e calafates, oficiais de ferreiro, fundidores, boticários, relojoeiros, alfaiates, cabeleireiros, serralheiros, engomadeiras, assim como franceses cabeleireiros, alfaiates, relojoeiros, tecelões que, por seu turno, se encontram no meio de muitos outros elementos estrangeiros de baixa cotação, como sejam criados, vadios, bufarinheiros, proprietários de casas de pasto. Dentre estas camadas, passando-se para a actividade comercial, ou pela protecção estadual, ou até pela maior eficácia da sua acção individual, os Rattons, os Verdier, os Steffens, etc., logram ligar o seu nome a em-

Também como estrangeiros podiam gerir negócios. Muitos deles, depois de viverem longos anos em Portugal e terem constituído família, naturalizavam-se portugueses. É o caso, por exemplo, de Guilherme Lartiga

que se acha estabelecido no Reino de Portugal ha vinte e trez annos, cazado com mulher portugueza, da qual houve trez filhos, e que sendo francez de nação e dezejando conservar-se no exercicio de official de cabeleireiro, de que tem logem nesta cidade [pede ser naturalizado] (1761; Santana 1976: 115).

O arquivo da Junta do Comércio contém numerosos actos de naturalização. Mais frequentemente são porém os requerimentos de estabelecimento de fábricas ou empresas apresentadas por estrangeiros, sem que portanto se requeresse paralelamente a nacionalidade portuguesa. O exemplo que segue explicita este processo, testemunhando igualmente um pouco do espírito pioneiro que caracterizava aquela época:

Frederico Weiss de nação aleman [que pretende] erigir huma fabrica na qual se manufacture toda a qualidade de papellaõ [...] que o Supp.^{te} ainda que seja cabeleirero de profiçaõ, com tudo tem muita pratica de manufactura do papellaõ, porque na sua patria havia vivido em companhia de hum irmaõ bom fabricante deste genero; e que tem o dinheiro sufeciente para erigir a sobredita fabrica [...] uzando-se deste genero naõ só nas encadernaçoens dos livros mas em quaze todas as fabricas, he gr.^{de} o seu consumo, e por consequencia o producto que té agora tem ido para Holanda ficará no Estado [...] (1794; Santana 1976: 549).

A convivência entre «naturaes» e estrangeiros nem sempre era fácil. Hábitos adquiridos e ofícios mecânicos colidiam e confrontaram-se com a inovação técnica e a razão do Estado. O exemplo seguinte mostra claramente a atmosfera:

sobre pertenderem o juiz e m.^{es} do officio de chicolateiro se declare sem effeito a graça concedida a Sebastião Vicente de Solis p.^a a sua fabrica de chicolate [...] / [Solis fora autorizado a] estabelecer uma machina em que se manufacturaõ vinte e quatro arrobas de chicolate por dia [...] q.^{do} cada um dos supp.^{es} naõ pode manufacturar mais do que uma [...] [Alegavam a sua ruína] por effeito daquelle privilegio concedido a um estrangeiro vagabundo [e a má qualidade do chocolate produzido pela máquina. Pondera a Junta:] Para se demonstrar o pouco merecim^{to} dos supp.^{es} basta

presas mais importantes. Artífices estrangeiros que, ou trabalhavam em oficinas próprias, ou estavam empregados sob a direcção de portugueses, mestres de oficinas. A sorte dos negócios ou das habilitações técnicas facilitou-lhes o triunfo e até leva muitos a tomar, a despropósito, os pruridos genealógicos da fidalguia portuguesa [...].»

reflectir que des da Caza Real até á do ultimo homem q(ue) vive em uma mediocre comodidade todos se provem de chocolate estrangeiro; e o mais hé que o mesmo povo defficilmente o gasta nos botiquins publicos, mas ainda quando os supp.^{es} fizessem o chicolate em perfeição e esta maquina os prejudicasse nos seus interesses, que tinha que ver o bem de uns poucos de indeviduos com o da Nação toda, devendo ter este genero o muito melhor preço por isso mesmo que hé fabricado com tanta deminição de despesas [...]. Provera a D^s que em todas as artes e officios podessemos achar maquinas p.^a couzas necessarias e uteis que escuzassem braços, de que por hora temos tanta indigencia [...] [E, referindo-se a pretensões impertinentes] que nunca cêssaõ logo que se atende á primeira [a Junta observa:] [...] como hé patente a V.A.R. pela corporação da seda, dos ferreiros; corrieiros etc^a. Hé de esperar que os cabeleireiros não tardem a vir pedir a V.A.R. a sua manutenção, porque a moda tem deminiuido as cabeleiras e penteados (1802; Santana 1976: 619-620).

A situação repete-se no Brasil, onde os estrangeiros não se podiam estabelecer sem autorização. Importante a elevada quota do mercado de livro na mão de livreiros franceses:

que pertencendo na conformidade do seu regimento e da provizaõ de 22 de Dezembro de 1735 ao seu officio [de livreiro] a encadernação de todos os livros; e bem assim a venda delles cumulativamente com os mercadores estrangeiros acontecia que não contentes estes com o prejuizo q(ue) tinhaõ cauzado aos supp.^{es} e à Real Fazenda na abuziva introdução de livros encadernados fora do Reino, queriaõ prementemente augmentalos Paulo Martin e Francisco Rolland, francezes de nação e mercadores de livros, intentando estabelecer duas cazas de commercio de livros na cid.^e do Rio de Janeiro, protextadas pelos nomes de seus filhos, nascidos no Reino ou naturalizados n'elle; e porq(ue) por muitas Leis, Decretos e Provisoesns hé prohibido aos estrangeiros estabelecerem no Brazil cazas / de commercio, muito principalmente de livros que no tempo presente são assaz perigosos [...] (1799; Santana 1976: 586-587).

No entanto, a concorrência por parte dos estrangeiros não se limita à criação de fábricas ou à especialização. Nos anos difíceis que se seguiram ao Terramoto, a população de Lisboa defende-se energicamente da concorrência de pequenos comerciantes e vendedores de rua estrangeiros, os quais, ao que parece, constituíam uma verdadeira ameaça para a pequena burguesia. As licenças necessárias tinham sido deferidas em grande número, o que não implica que, entre eles, não se encontrassem certamente vendedores ambulantes clandestinos. Os protestos e recursos apresentados abrem-nos uma janela sobre o dia-a-dia da vida da cidade:

[terem os estrangeiros licenças] para vender pelas ruaz e nas tendas toda a sorte de comestivo, bebidas, louça, vidros e muytas outras drogas [...] he tam ampla esta liberdade, q(ue) alem dos estrangeyros volantes q(ue) vendem pelas ruas alfeloas, jarzelim, melaço, doces, agulhas, tinta, azey-

tonas, florez de penna, sabonetes, e outras infinitas couzas semelhantes, se encontram em todos os lugarez mais publicos repetidaz tendas volantez em q(ue) outros estrangeiros estam vendendo estampas e registros, papeiz douradoz e pautados, ferros velhos e outros metaes uzados, sem q(ue) ultimamente lhes esquecesse o levantar humas fabricas de açar castanhas com q(ue) nas praças desta Cidade acabáram esta minima parte do commercio p.^a as pobres mulheres portuguezaz q(ue) nelle se empregavaõ [...]/

O que leva o Rei a decidir:

a grande desordem e consideravel prejuizo se sentem os meus vassallos moradores na cidade de Lizboa em se concederem de pouco tempo a esta parte licenças a estrangeyros vagabundoz e desconhecidos para venderem pelas ruas e em logens toda a sorte de comestiveiz pelo miudo; como tambem vinhos, aguas-ardentes e outras muytas bebidas; ampliando-se de tal modo esta liberdade que vendem pelas ditas ruas alfeloas, obreas, jarzelim, / melaço e azeitonas, chegando ultimamente a intrometerse por humas novas fabricas athè no ministerio de açarem castanhas; e em outras semelhantes vendas de generos desta qualidade que são prohibidas pelas leys deste Reyno e posturas do Senado da Camara athè aos mesmoz homens nacionaes como excluzivamente destinadas p.^a o exercicio honesto e precisa sustentação das muitas mulheres pobres naturaes destes Reynos q(ue) se ajudavão a viver, e com effeito viviaõ destes pequenos tráficos [...] [Determina] q(ue) aos estrangeyroz vagabundoz e desconhecidos se não dem licenças para vender pelas ruas, cazas, logens, tendas estaveiz ou volantez ou em outra qualquer armação nenhuma sorte de comestiveiz ou de bebidas, quinquilharias ou fazendas; anullando todas as licenças q(ue) se houverem dado (1757; Santana 1976: 4-36).

Ultrapassaria o quadro desta contribuição reunir dados concretos sobre as naturalizações e os países de origem. É aliás de salientar o facto de a Junta do Comércio ter registado todos estes actos. Seria bastante interessante poder dispor de uma lista completa dos nomes dos estrangeiros recolhidos nesta documentação, sobretudo no ramo dos officios mecânicos, do comércio e da indústria. Estes nomes, repito-o, não só se registam nos autos de naturalização mas aparecem também, e em grande número, em documentos avulsos. E são de grande interesse linguístico-histórico as duas faces: o enquadramento no país de origem e a adaptação ao sistema onímico português.

6. A produção de bens e o comércio devem considerar-se no seu contexto global. Importações da Alemanha (na maior parte das vezes «por Hamburgo»), Itália, Inglaterra, França, Holanda, Rússia, etc., seguindo o esquema:

Italia, França, Alemanha por Hamburgo introduzem estes generos: toda a obra do officio de ourives, assim de prata como de ouro: / faqueiros,

jarros, chaleiras, cafeteiras, castoe(n)s de bengalla, facas de matto, ditas de meza, colheres, caixas de tabaco, cruzeiros de banquetta, palieiros, bacias, bules, tigellas, pratos, espadins, gargos [sic], fivellas, esporas, cheiradores etc.³ (1772; Santana 1976: 307-371)

concorrem com a produção dos ofícios mecânicos e da indústria nacionais que, por razões económicas óbvias, tinham de ser protegidos. O exemplo seguinte, proveniente do sector da indústria transformadora do ferro, ilustra bem a situação:

Inglaterra, França, Hollanda, Alemanha por Hamburgo introduzem este genero: toda a obra do officio de cuteleiro. Os generos principaes deste officio são os seguintes: tizouras de toda a sorte, canivetes, tizouras de espivitar, navalhas, ferros de cyrurgia, facas de meza, licates, ferros para anathomia e tudo o mais pertencente ao dito officio, a excepção com tudo de facas para çapateiros e das chamadas de cabo de pezo ou flamengas [...] Este officio occupa igualmente avultado número de pessoas nesta cidade, alem das que nelle se empregam na Villa de Guimarae(n)s, Provincia do Minho, onde se tem creado perfeitissimos officiaes, os quaes se tem derramado por Braga, Porto, Lizboa e outras mais cidades e villas do Reino; e executando-se estas manufacturas de melhor qualidade que as de fóra, consequentemente sobem os seus respectivos preços [...] (1772; Santana 1976: 306).

Um voluminoso e elucidativo

mappa dos generos cuja entrada se póde vedar por haver já sufficiente abundancia delles proprios para o consumo do Reino e Conquistas: e tambem de outros, que pela sua ruim qualidade e nenhum merecimento se fazem inteiramente desnecessarios (Santana 1976: 260-347)

confirma amplamente muitos dos tópicos correntes sobre os diferentes países industrializados. Assim, importavam-se massas da Itália:

Italia introduz este genero: aletria e outras semelhantes qualidades de massa [...] Nesta cidade estão hoje fabricas deste genero, de sorte que promovidas ellas com a prohibição da aletria de fóra, se deve necessariamente esperar a sua dilatação aos termos de haver toda a precisa abundancia, em beneficio dos que se propozeram a fazella (1772; Santana 1976: 313).

Da Alemanha importavam-se, entre muitos outros produtos, determinados tecidos. Como exemplo, a *catalufa* «tecido vistoso de linho ou lã, com fios de prata» (Silva 1949/59: 2, p. 1013a):

Alemanha por Hamburgo introduzia este genero: catalufas de lã e linho (Este genero não tem entrado de annos a esta parte; porque a sua ruim qualidade inteiramente o banio: E como pela prohibição de outros, novamente poderaõ os estrangeiros lançar maõ delle, em prejuizo publico, aproveitando-se do diuturno esquecimento em que já se acha (1772; Santana 1976: 268).

Também aqui seria importante analisar certos aspectos em maior detalhe. Assim, por exemplo, na indústria vidreira há que fazer uma distinção clara entre vidro artístico, cujo processo de fabrico é tradicionalmente determinado pela Itália e o vidro plano, dominado, pelo menos em Portugal, pelos alemães. A lista citada diz simplesmente:

Italia e Alemanha introduzem este genero: toda sorte de lâminas de vidro [...] A introdução deste genero vem acrescentar unicamente o commercio passivo da nação, quando esta se pôde servir de laminas que se preparam pelos artifices proprios (1772; Santana 1976: 309).

Noutra passagem, porém, estabelece-se uma clara diferenciação. Em 1670 apresenta-se o seguinte requerimento:

Joze Cardoso Pereira e Antonio Mendes Gracia homens de negoceo moradores nesta cidade por servir a V.A. querem conduzir a esta corte das partes do Norte mestres venezianos para que nella fabriquem hum forno onde se obre vidro cristalino tão fino como de Veneza com todas as galanerias e perfeições que se podem obrar de todas as cores excepto a de rubim espelhos de quatro palmos de alto e tres de largo e dahi para baixo frascos e vidros de toda a sorte [...] (1670; Macedo 1982: 262).

Esta tradição é continuada pela célebre fábrica de vidro dos irmãos Stephens, na Marinha Grande.⁸ O vidro em bruto é importado sobretudo da Alemanha e transformado por empresas alemãs:

[consulta sobre representarem os] juizes do officio de vidraceiro desta cidade [...] que nenhuma pessoa estranha pôssa cortar vidros com diamante nem ajustallos e pôlos nas vidraças por ser esta obra privativa do dito officio, assim como igualmente a venda dos mesmos vidros pelo miudo [...] [Além disso] alguns estrangeiros comiçarios das fâbricas de vidros, de Alemanha [...] estabellecidos com logens deste genero em diversos sitios desta capital mandaõ vir daquelle paiz os vidros das vidraças ja cortados, segundo as medidas que para isso remetem, conforme o prospecto geral da Cidade afim de os venderem nas referidas logens [...] huma vez que não sejaõ em chapa e como sahem dos fornos [...] se vendaõ unicamente os vidros atacados em caixas e não cortados [...] [Toma também em consideração o representado pelos] erectores da fâbrica dos vidros de Guilherme e João Diogo Stephens [ao terem conhecimento do requerimento dos vidraceiros. Eram estes acusados pelos Stephens de mandarem vir os vidros de fora] muito ordinarios e delgados, a fim de que ajustando as obras a hum tanto por cada vidro, venhão

8 Veja também referências e produtos do tipo: «[estabelecera] no sitio do Calvario districto da Junqr.^a uma fabrica de vidros cristalinos em que já se principiavaõ a manufacturar / não só todas as qualidades que se manufacturaraõ na fabrica da Marinha Grande, mas até todas as pessas que se lhe mandarem fazer para o uzo da quimica ou para qual q.r outro fim» (1804; Santana 1976: 635-636).

a lucrar mais na diferença do pezo; pertendendo que assim mesmo se manufacturarem na Fábrica Nacional [...] (1789; Santana 1976: 509).

Comentários do tipo:

o executarem algumas vezes estas vendas pelo miudo os Alemae(n)s que tem logens de vidros nesta corte (1772; Santana 1976: 348)

aparecem com frequência. Seria interessante do ponto de vista técnico, sociocultural e linguístico fazer uma análise monográfica de ramos profissionais específicos.

Igualmente interessante a referência à denominação de origem, um problema bem conhecido, do tipo Carrara, Conhaque ou Champagne:

pannos chamados vulgarmente de Barbaria. Quando sejam admittidos, se lhes não deve dar na alfandega o nome de crés de Hamburgo como se executa, quando aliás se devem despachar por pannos de linho da Rúcia; distinguindo-se desta forma dos ditos crés (1772; Santana 1976: 316).

A juntar a estes, ainda os numerosos estrangeiros que dirigem um empresa em Portugal. A especialização dos estrangeiros ou recém-naturalizados em determinadas profissões é um aspecto sociologicamente relevante — dei já aqui um breve exemplo da situação na indústria vidreira. Um exame mais cuidado poderia confirmar maioritariamente as interpretações existentes neste momento, permitindo porém uma especificação bem maior.

É claro que os «naturaes da terra» tentavam defender-se desta estrangeirização. É sobretudo nos grêmios dos ofícios mecânicos que se torna palpável esta demarcação, e a reserva de determinadas profissões a portugueses de gema. Ao mesmo tempo, a luta desigual existente entre o progresso industrial e os representantes dos interesses dos ofícios mecânicos agremiados acabará por levar ao desaparecimento das corporações. Assim, a exclusão de não-cristãos (incluindo os cristãos-novos) e sobretudo de escravos de cor é factor permanente em toda a documentação de que dispomos, sobretudo em profissões directamente ligadas a produtos alimentares como é o caso, por exemplo, dos pasteleiros. Neste contexto, é interessante a seguinte petição:

[petição de] João Rodrigues homem preto [...] que não sendo captivo e havendo aprendido e exercitado o officio de confeitiro [...] encontrando, porém, nos juizes novamente elleitos a opozição com que o pertendem expulsar do uzo do referido officio, não havendo outro impedimento mais que o accidente da côr, o qual assim como não embaraça nem inhabelita para o sacerdocio e para pôstos militares tambem, e muito menos / o deve impedir para a officina e tráfico de confeitiro [...] (1761; Santana 1976: 102-103).

7. A controvérsia em parte acesa surgida entre os ofícios mecânicos tradicionais e os exploradores de empresas fabris, representados pela Junta do Comércio, está presente de uma forma palpável e diversificada em toda a nossa documentação. Um parecer equilibrado de Jacome Ratton, que afirma, falando sobre o estabelecimento de uma fábrica de cordoaria:

erigir huma fabrica de cordoaria, com privilegio excluzivo p^r tempo de doze annos, com izenção de direitos [...] / que nesta cidade e seus contornos não havia até agora fabrica alguma desta qualidade, pertencente a particulares, ao mesmo passo que hê hum dos principios portos maritimos e o mais frequentado da Europa, aonde hã hum indispençavel e proporcionado consumo de enxarcias que se introduzem dos paizes estrangeiros [Ratton] [...] [Junta:] durante os quaes [oito annos] nenhuma outra pessoa poderá estabelecer semelhante fabrica de enxarcia e cordoaria nos lemites e contornos desta cidade, computando se estes de hua legoa para dentro de hum e outro lado do Tejo e desde a barra, até quatro legoas asima da cidade de Lisboa; bem entendido, que neste privilegio excluzivo senão comprehende de forma alguma a corporação do officio de cordoeiro, à qual fica como d'antes toda a liberdade de que sempre gozou para trabalhar nas obras que lhe compete pelo seu regimento (1794; Santana 1976: 553-554).

vê-se contrastado pela posição crítica e polémica simultânea de um fabricante de louça branca e azulejos:

(30) [...] na posse de hua propriedade de cazas na travessa da Bella Vista freguezia de N. Snr.^a da Lapa, na qual estabelecera o ditto seu sogro hua fabrica de louça branca de diversas qualidades, que hé hua das milhores deste Reino [...] expôs na sua informação que a fabrica de que se trata e em que se manufactura louça ordinaria hê das chamadas olarias: que nella se fabricaõ bons azulejos e alguma fayança que poderá melhorar-se com a continuação; que os regim^{tos} dos officios de nada mais servem de que a fomentar intrigas e demandas e nunca para adiantar e aprefeiçoar as manufacturas; e que sendo o supp.^{te} hum negociante matriculado e com fundos suficientes para proceguir com vantagem no estabelecimento a que se propoem, se fazia digno de attenção o seu requerimento. (1794; Santana 1976: 555).

A controvérsia sobre o monopólio, a preservação de estruturas tradicionais e a introdução de aspectos mercantilistas é travada aos mais variados níveis. Alguns exemplos:

[sobre requerimento dos fabricantes de assentos de palhinha [...]] / as artes fabris nunca foraõ da inspecção do Senado, mas sim deste tribunal [...] que esta obra não hera de nova invenção, porque haverá mais de hum seculo que neste Reino se faziaõ rotulas para portas e janelas; e antes e depois do Terremoto os marceneiros faziaõ os acentos de palhinha [...] que os recurrentes não eraõ artistas de nova invenção, mas sim huns galegos que foraõ creados de servir de alguns mestres marceneiros

com quem aprenderão de curiosidade a fazer os ditos acentos de palhinha que inteiramente pertencião ao mesmo officio por ser guarnecimento de cadeiras [...] que entre os trastes cuja introdução se acha prohibida vinha do Reino de França, antes e depois do Terremoto, muitas cadeiras, tamboretos e canapês de palhinha. Que há tempos a esta parte introduzirão alguns francezes esta arte desconhecida no Reino, porque as rotulas para as janelas e por / tas que se encontravaõ nesta cidade, e mais particularmente nas villas de de Alverca, Alhandra e Povia, não eraõ de rotim da India mas sim de junco marítimo das costas deste Reino; nem taõ pouco se construhiaõ da maneira que se manufacturaraõ as do mesmo rotin para os acentos das cadeiras: que os sobreditos francezes aprenderaõ esta nova arte não só alguns marceneiros, mas outras differentes pessoas, que a ella se applicaraõ como a hum officio particular, entre os quaes no anno de 1774 Joaõ Manoel Galhardo foy hum dos que tambem obteve licença do Senado para poder consertar e fazer de novo as cadeiras chamadas de palhinha na sua loge; sem embargo de senaõ achar agregado aos mestres do officio de carpinteiro de moveis de caza nem ser por elles examinado de mill sette centos setenta e seis [...] Que a Francisco Gastor de nação franceza se concedeu igualmente licença em consulta do Senado para que por sy mesmo sem officiaes nem loge aberta podesse cobrir cadeiras e tamboretos de palha de tabua ou palhinha por modo de rotola, sendo lhe vedado manufacturalas de madeira [...] que no anno de 1788 se incorporaraõ em officio os sobreditos fabricantes de palhinha e formalizaraõ o seu requerimento [...] que não obstante esta falta de regimento continuaraõ os ditos fabricantes na pacifica posse de porem rotulas nas cadeiras, que os mesmos marceneiros lhes mandavaõ para esse fim [...] ficando-lhe com tudo a liberdade de por costas e assentos de palhinha ou rotula nas cadeiras q(ue) fossem feitas pelos refferidos marceneiros; e de concertar com a mesma palhinha todas as dos / particulares [...] vezitar pessoalmente algumas das chamadas loges destes fabricantes, não achava mais do que huns pequenos pardieiros, aonde se via debuxada a imagem da indigencia sem instrumentos nem madeiras pelas quaes se podesse presumir que fabricavaõ cadeiras ou outros quaes quer trastes pertencentes ao officio de marceneiro [...] hé axioma entre muitos economistas o prejuizo que rezulta a sociedade de haverem semelhantes corporaçoes de officios arregimentados, visto que alem do manifesto monopolio a que se destinaõ, não servem mais do que para interter e fomentar continuas discordias como prezentemente acontece [...] muito antes de se formalizara o seu regimento [marceneiros] no anno de 1767, nelle se não faz menção alguma de semelhante artigo, assim como se não faz da obra de pintor, dourador, serralheiro e outros officios mais de que depende o de marceneiro para acabar muitos dos seus moveis, cujos officios ficaraõ inteiramente separados pelo mesmo regimento [...] / Como parece, quanto a legetimar esta manufactura ou arteficio; quanto porem á policia e regulamento deveraõ recorrer os sup^{tes} ao Senado que hade de combinar o seu direito com o dos outros artefices conciderando a dependencia que reciprocam^{te} tem huns dos outros (1794; Santana 1976: 549-553).

8. As consequências sociais da industrialização, do trabalho em cadeia nas máquinas, a formação de um proletariado, a falta de mão-de-obra no campo, etc., são fenómenos comuns a Portugal e aos outros países industrializados. A nossa documentação contém não poucas referências a estes aspectos, que não poderei porém abordar aqui.

Uma cobertura total das «manufacturas» estabelecidas e testemunhadas pela documentação existente traria certamente conhecimentos elucidativos aos sectores histórico-social, demográfico e linguístico. Os números citados por Macedo (1982: 153) para o pessoal de turno constituem apenas um ponto de partida, que poderia ser especificado. Vou dar só dois exemplos:

Francisco Wales inglez de nação, dono e mestre de hua fabrica de baeti-lhas [...] erecta nesta cidade, em que ocupa mais de sette centas pessoas [...] a fabrica do supp^{te} foy estabelecida em virtude da rezolução do 1.º de Setembro de 1798 (1801; Santana 1976: 601).

uma fabrica de estamparia na Ribeira de Alcantra [na qual trabalhavam] mais de quatro centos pessoas de ambos os sexos (1802; Santana 1976: 608).

Inovação técnica, investimento, impostos, monopólio, formação técnica na empresa e decadência juntão-se no texto seguinte:

o edificio em que se acha estabelecido o filatorio a piemonteza [...] [declarou que não podia dispensar-se nenhuma parte do edificio] pois está occupada com tres maquinas de dobrar na metade interior do edificio e na metade anterior delle estão o engenho do filatorio, sette teares de nobrezas, duas cazas com rodas e pequenos engenhos de dobrage [...] / [que o seu filatório] prepara todas as tramas que são necessarias p.^a o consumo da Real Fabrica com mayor perfeição do que aquellas que vem de Genova. Tem preparado dezoito mil arrates de tramas p.^a a fabrica e poderia trabalhar todas as necessarias para Lisboa, se os direitos que se impozerão nas sedas em rama fosse entendido que esta expreção significava as sedas em trama e não aquellas que podiaõ deixar a mão de obra no paiz [...] representa o deputado Thomas Ant.^o de Villa Nova Portugal que no filatorio a piemonteza que está nas cazas da Rua de S. Marçal tem a Fazenda Real da Fabrica 8:495\$160 [...] nellas tem estabelecido sette theares de nobrezas e outras sedas lizas; e nelles tem uma escola de fiação de seda actualmente decadente como as mais que não se tem favorecido, mas que ahinda ocupa umas poucas de raparigas que aprendem. Este facto mostra a obrepção e subrepção com que o Supp^{te} requereo e quaze obteve uma insinuação p.^a se admitir nestas cazas uma fabrica de latas [...] (1802; Santana 1976: 606-607; Sousa 1978).

Não é raro encontrar referências a uma grave falta de mão-de-obra. Se, por um lado, a procura deste factor de produção por parte da

indústria promove o abandono dos campos, por outro assiste-se ao surgir de problemas sociais até aí inexistentes provocados pelo aparecimento de um proletariado. Os argumentos usados tocam, por um lado, a utilidade de inovações técnicas:

reconhecendo a grande necessidade que há de braços que se dediquem à agricultura e prevendo a utilidade q(ue) pode rezultar ao Estado da introdução da maquina ou thear de seda de que pertende uzar o francez Salchon, manda remeter a Real Junta do Commercio o requerim^{to} incluzo da corporação denominada do estreito [...] (1802; Santana 1976: 616).

Por outro lado, está bem patente a consciencialização de uma proletarianização crescente:

[...] os seus ajuntamentos nas horas e dias de vacancia dão de si o que costuma dar o ajuntamento da plebe, sem costumes, aonde hum copo mais de vinho produz muitas vezes dezordens que inquietão o Governo, como tantas vezes se tem visto em Londres, Bermingham, Manchester e em todos os lugares de fabricas accumuladas. Alem disto me parecia necessario estabelecer em regra o desviar da corte quanto for possivel todas as fabricas que commodamente se / poderem estabelecer fora della, pois além de que os edificios, os jornaes e a mantença dos officiaes são muito mais dispendiozos, parece de razaõ deminuir os atractivos demaziados que estão puchando para a corte tanta gente vadia com a ultima ruina da povoação e cultura dos campos. Hum trabalhador industriozo, não pode no luxo de Lisboa tirar do seu trabalho a sua subsistencia, e a de mulher, e filhos, portanto não caza, e vai perturbar o socego das familias alhêas, em tanto que achando na frugalidade rustica hum grande augmento á sua renda no que gasta de menos, une-se a huma saloya, que em pouco de hua boa may de familia, que contribue para a massa geral da povoação (1792; Santana 1976: 540-541).

9. Muito haveria a dizer no tocante à temática produtos de primeira necessidade e artigos de luxo. Segundo Ratton (1813) e outros, os artigos de luxo começaram por ser exclusivamente de importação:⁹ as

9 V. a afirmação de J. Ratton: «Até o tempo do terramoto de 1755 eraõ as relações commerciaes de Portugal com as nações estrangeiras, assim de importação como de exportação, feitas por casas de commercio estrangeiras estabelecidas em Portugal; e mesmo parte do commercio de retalho feitas lojas abertas dos mesmos estrangeiros cumulativamente com os nacionaes; e sómente o commercio com os portos do Brazil era feito pelos nacionaes, conhecidos então pela denominação de Commissarios, Mineiros, Angolistas, &c. As manufacturas do Reino se limitavaõ a pannos de linho, linhas de Guimaraens, chapeos de laã de Braga e da terra da Feira, ferragens grossas de Braga e de Guimaraens, pannos grossos de laã e saragoças; e quanto a sedas havia mui poucas fornecidas pela fábrica moderna de Lisboa, além dos taffetás e gorgoroens, próprios para mantos de que até então usavaõ as mulheres, fabricados em Bragança. Todos os mais generos manufactu-

listas correspondentes são bastante elucidativas. Seria conveniente, porém, questionar o conceito e o campo semântico de «luxo». Datado por Cunha (1986) sem mais explicações no século XIII, testemunhado no século XVII por Machado (1977) (segundo ele, «certamente pelo fr. *luxe*»), luxo é, desde o século XVIII, um conceito chave¹⁰ segundo o padrão:

por ser o dito officio [de chocolateiro] de *luxo*, e não de primeira necessidade (1818; Langhans 1943: 559)

ou

Hum trabalhador industriofo, não pode no *luxo* de Lisboa tirar do seu trabalho a sua subsistencia, e a de mulher, e filhos [...] (1792; Santana 1976: 541)

ou

Rucia e outros Estados introduzem este genero: pelles da Rúcia para fôrros / [...] Tem o *luxo* abraçado de maneira este genero, que sendo somente applicavel para forros de vestidos, capotes, etc.; a vaidade tem apurado tanto o seu uzo, que até se debruam affectadamente com tiras de pelles capas, roupões, vestias, e outros muitos trastes [...] (1772; Santana 1976: 262-263).

A documentação contém numerosas referências deste tipo, pelo que uma catalogação destes bens de luxo seria forçosamente muito interessante do ponto de vista histórico-cultural. Apresento apenas alguns exemplos elucidativos. Assim, na passagem que segue distingue-se entre bens de consumo quotidiano e de luxo:

[...] senhor e possuhidor de huma fabrica de louça branca cita na Calçada de N. Sr.^a do Monte [...] na qualidade de ordinaria supera às mais fabricas, não deixando de trabalhar-se nella louça fina e excelentes azulejos [...] [não visavam] sômente a animar as fabricas de *luxo*, mas tambem as do uzo ordinario do povo [...] (1793; Santana 1976: 548).

A decoração da casa acompanha a moda. Nos trechos seguintes, assistimos à discussão surgida sobre a importação ou o fabrico no país de papel pintado:

Inglaterra e França introduzem este genero: papeis pintados á imitação de chita [...] havendo para suprir a sua falta chitas ordinarias e entrefinas; linhos de diversos feitios dos portos da Azia; pannos pintados á medida das cazas por artifices nacionaes; sedas lizas e damascos que vem da

rados, para consumo do Reino e Colónias, vinhaõ de fora [...]» (Ratton 1813: 72).

10 Que perdura até aos nossos tempos; cf. Serrão (1979: 5, pp. 364-366).

China por navios proprios; e varios tecidos de algodão e seda tambem das proprias fabricas; alem de que até o anno de 1750 não eram aqui conhecidos taes papeis, e se pôde passar agora sem elles, como até então se passava, attendendo a que hé hum forro perdido cada vez que se poem em huma parede [...] (1772; Santana 1976: 292).

[...] huma Fabrica de Papeis pintados, e estampados, para ornamento de cazas [...] que estava cituada no bairro das Fontainhas [...] / [...] cujo consumo, e mayor extracção hê proprio desta cidade, por ser ainda muito escassa a exportação para os dominios ultramarinos: Que na fabrica se occupaõ de tres até cinco officiaes, hum mestre, hum abridor, e dois aprendizes, que applicandose a esta manufactura, tambem se habelitaõ para trabalharem nas fabricas de estamparia de xitas [...] incumbindo-se pozetivamente ao recorrente o uzo dos melhores riscos, e mais modernos que actualmente estão vindo de Leam, Inglaterra e Holanda, cujos padroens de modernissimo gosto de arquitectura, faraõ supplantar as manufacturas nacionaes, se estas não forem animadas (1791; Santana 1976: 526-527).

[...] sobre pertender Manoel da Costa a graça de izenção de direitos dos materiaes que se consumirem na sua fabrica de papel pintado [...] licença para estabelecer huma fabrica de papel pintado, com as mesmas condições e privilegios com que foy estabelecida a de Lino Jozê Urbano porque para esta empreza tem convidado a Francisco Victor de Lonè, que neste genero de manufactura hé mestre assas perito, e apromptado os instrumentos necessarios para a laboração da ditta fabrica [...] / pois não havendo destas manufacturas de papel pintado mais que as duas mencionadas fabricas cuja laboração não hê bastante para satisfazer completamente ao uzo que dellas se tem introduzido [...] conseguir o augmento e perfeição das manufacturas nacionaes para evitar a importação das estrangeiras que neste genero de papel pintado não hê indifferente [...] (1795; Santana 1976: 561-562).

O *brim* («tecido forte de linho ou algodão») importado geralmente da Alemanha ou de França podia ser utilizado para fins semelhantes:

Hamburgo e França introduzem este genero: brins com pinturas a imitação de panno de Arrás [...] Este genero que se aplica para guarnição de cazas, se pôde bem suprir pelos proprios pintores indigentes e desoccupados por falta de obras do seu officio, originada, em parte, pela introdução dos ditos brins já pintados (1772; Santana 1976: 311).

O elevado número de fábricas de chapéus atesta o acompanhar das tendências da moda internacional:

[...] faculdade a Gabriel Millet, de nação franceza, para estabelecer nesta corte huma fabrica de chapeos finos [...] a fornecer o dito erector ao menos com outo mil pelles certas de coelho, em cada hum mez, nos princípios deste etabelecimento, sem embargo de carecer logo de hum mayor número; como tambem das pelles de lebre, das quaes receberá todo o número que se lhe quizer mandar entregar (1772; Santana 1976: 349; 355).

[...] licença para estebececer nesta cidade huma fabrica de chapeos finos [...] elegendo para mestre della a Carlos Gressielli, que o foi já de huma em Espanha e trabalha actualmente por contra-mestre em outra das já erigidas nesta Corte (1776; Santana 1976: 394).

Saborear café era uma acto de luxo ou estava na moda, e realizava-se nas casas de café, a primeira das quais terá aberto ao que parece na Rua Nova. O significado deste ponto de encontro para o mundo do comércio foi levado em conta ao organizar-se uma instituição deste tipo destinada exclusivamente aos representantes do comércio internacional:

[...] nem um lugar decente havia em que se juntassem os negociantes que fazião a sua praça em hum caffè da antigua Rua Nova, e passou depois p.^a a Rua da Esperança até que o S.^r Rey D. Jozé de glorioza memoria querendo promover o commercio e facelitar-lhe os progressos maravilhozos que elle tem feito e continua a fazer debaixo dos auspicios de V.A.R. Creou nesse mesmo anno a Junta do Comm^{cio} foy então que se deaignou p.^a Praça do Commercio hum lugar competente a qual se deu hum guarda que a vegiasse e servisse, fornecendo papel e tinta aos neg^{es} os quaes nas festas o brindaõ como lhes parece. Já se vê que este homem deve ter educação, verd.^e probidade, inteligencia do commercio e das lingoas mais frequentes entre os negociantes pois dali vaõ e ali vem nos paquetes inglezes cartas, incomendas e dinheiro que tudo se confia da-quelle homem. Estes requezitos se achaõ no provido Joaõ Garnault; pois ainda que seja Inglez de origem hê nascido em Portugal, onde com seu pay e irmaos fez sempre grosso commercio de vinhos e mais generos até que arruinado pela grande quebra de Joaõ Ant^o Catelam se vio reduzido a necessidade de viver do off.^o de guarda livros em cazas conhecidas; e agora deste emprego (1800; Santana 1976: 593).

10. O Terramoto de 1 de Novembro de 1755 implicou a criação de novas estruturas políticas, económicas e sociais. Prova clara desse efeito é a reconstrução e paralelamente modernização da capital ou *corte*, como geralmente é denominada nos textos. Na documentação de que dispomos encontram-se inúmeras indicações de planos de construção, actividades de engenharia civil, novos traçados de ruas e avenidas, demolição e aproveitamento de ruínas, etc. No sector das infraestruturas, as *Águas Livres* ocupam um lugar de relevo, embora se encontrem igualmente chamadas de atenção, por exemplo, para a necessidade de uma iluminação adequada:

[...] tendo mostrado a mais constante experiencia q.^{to} hê util a conservação da Real Guarda da Policia e da illuminação da Cidade de Lisboa para manter consequença e tranquillidade os moradores della, livrando-se dos assassinos e roubos que antes estavaõ expostos: querendo dar principio ao estabelecimento dos fundos necessarios para a sua subsistencia,

que sejaõ proporcionados e menos onerosos aos meus fieis vassallos. E considerando que os impostos applicados para as Aguas Livres excedem a sua despeza, pois que se achão feitas as obras mayores, e sò mente continuaõ as menores e as necessarias para a sua conservaçaõ: Hey por bem separar dos ditos impostos o que pertense ao Real d'Agoa das Carnes e que o seu producto entre daqui em diante directamente no meu Real Erario, p.^a se aplicar á despeza da dita guarda e iluminaçaõ [...] (1803; Santana 1976: 633).

As questões ambientais e o seu impacto tanto sobre a saúde quanto sobre a imagem da cidade são tratadas, conforme nos é dado verificar na seguinte passagem:

[...] mas quanto ao sitio p.^a a ditta preença [de enfiar sacas], parece outro sim ao mesmo Tribunal que não convem embaraçar praça alguma, e muito menos a mais nobre da capital [Praça do Commercio], e que faz o seu melhor ornamento, pois além de se intropesser o prospecto da cidade, faltaõ os passeios para os cidadãos e os depozitos de ar mais puro, que sirva a melhorar o que está corrompido dentro das ruas e das cazas pela rezidencia de todos os animaes que o infectaõ pelas suas transpirações, pela podridaõ dos vegetaes e pela propagaçaõ do fumo das chaminés e de tantas outras couzas que corrompem o ar necessario á vida e á saude geral (1792; Santana 1976: 543).

De uma forma geral é visível a preocupação e o orgulho pelo desenvolvimento e embelezamento da capital. A passagem que apresenta em seguida dá-nos uma ideia aproximada deste ambiente:

[...] para evitar os pecaminosos e prejudiciaes abuzos que se tinhaõ feito das chamadas barracas ou cazas de madeira levantadas pela occasiaõ da calamidade do Terremoto de 1755 na Marinha, praças e terrenos desta capital de que rezultava não só huma illicita e escandaloza comixtaõ de diferentes familias e sexos [...] / conservaõ-se e continuaõ a levantar-se no meyo da magnifica cidade e corte de Lisboa as mesmas cazas de madeira, que a experiencia tem mostrado serem covís e habitações de vadios e de mal feitores e huma materia apta e disposta a incendiar os soberbos e dispendiosos edificios construhidos em publica e particular utilidade [...] que nelles se não edefique caza alguma de madeira frontal ou outra materia que seja fixa ou estavel; mas sim cabanas amoviveis e volantes que se possaõ levantar e mudar (1783; Santana 1976: 473-474).

A Junta do Comércio era igualmente responsável pelo controlo do sector dos seguros, presente em Portugal desde o século XVI:

vendo-se na Junta o papel incluzo que contem a formalidade de hum estabelecim.¹⁰ p.^a a Caza dos Seguros da praça de Lisboa se consulte o que parecer. Hé sem duvida que o Reyno de Portugal padece detrimento notavel na falta de Caza dos Seguros: não da q(ue) havia até o anno de mil e sette centos cincoenta e cinco, porque esta só tinha de nossa o estar materialmente em Lizboa; mas de huma companhia de portu / guezes e pessoas estabelecidas no Reyno, em cujas mãos ficasse o fundo de cento

e vinte mil cruz.^{os} em que, pelo menoz, se podem avaliar os premios dos seguros de todas nossas praças: A Junta tivera representado a V. Mag.^e esta importante materia, se não conhecesse os embaraços q(ue) p.^a a execução deste projecto tinha feita a calamidade da capital destes Reynos; e agora que alguns dos negociantez portuguezes intentão restabelecer os seguros, não entende que o modo proposto seja merecedor, por hora, da Real confirmação da V. Magestade [...] (1758; Santana 1976: 60-61).

[...] sobre pertenderem diversos negociantes da praça desta cidade a confirmação da denominação da comp.^a permanente de seguros em Lisboa e das condições do seu estabelecimento [...] Lisboa tem outras companhias compostas de negociantes notoriamente ricos [...] a nossa praça em termos de não competir com ella em solidêz de seguros nenhuma outra da Europa em razão das companhias poderosas que os fazem (1792; Santana 1976: 539).

He notorio que se a Caza dos Seguros de Lisboa depois do lamentavel decahimento do nosso Commercio ainda existe, existe principalmente pelos seguros que nella toma a Comp.^a Bonança (1825; Santana 1978: 376).

Por decreto de 1788 recebeu a Junta do Comércio a categoria de tribunal régio com o título de *Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação*, controlando assim a indústria, o comércio e os seguros, apesar de as possibilidades de intervenção directa de que dispunha se encontrarem já claramente reduzidas. Foi extinta no ano de 1834 por «incompatível com a forma de governo estabelecido na Carta Constitucional».

11. A terminar, um breve sublinhar do interesse linguístico de que se revestem este período e a documentação histórica. À semelhança da correspondência privada desta época, também os textos administrativos são testemunha insubstituível da língua quotidiana. No nosso contexto, talvez mereça ser sublinhada a experiência autobiográfica de um «estrangeiro» como Jácome Ratton. Aliás, a evolução e o movimento presentes na língua são palpáveis. Citando Macedo, o historiador:

A linguagem varia de documento em documento, excepção feita ao que alude a pessoal corporativo. Nos decénios de 1720-1740 aparece o termo «operário» com referência a trabalhador de indústria. Fábrica tanto designa qualquer construção, como uma empresa industrial, o conjunto das unidades industriais, como ainda o processo de fabrico; mas o seu sentido anterior de construção harmónica e monumental cai em desuso. Máquina é sinónimo de habilidade, perícia imprevista e bem montada. Para designar em geral os elementos do trabalho, usa-se com mais frequência apetrechos, ou «petrecho» ou ainda «aparelho». No entanto, é

patente que se tenta um vocabulário para dar expressão a interesses novos que a língua não previa, com tentativas de solução e de aproveitamento nem sempre felizes (Macedo 1982: 73).

Estas variações ou indecisões ou vacilação na utilização da língua são manifestas e não se limitam exclusivamente à terminologia técnica. Não nos situamos neste contexto no nível da linguagem literária, mas sim no da linguagem quotidiana, viva e espontânea, para a qual nem sempre é óbvio o domínio da língua escrita, de acordo com o esquema: «Na Companhia da *Fabriga* digo *Fabrica Real* da Seda estabelecida nesta Corte», que se tornou, aliás, pouco depois, na «Companhia da *Real Fabrica*» (1741; Macedo 1982: 256).

A presença estrangeira, os numerosos contactos comerciais e as importações de artigos de luxo e de moda estrangeiros — sem esquecer o surgir de novas profissões — tiveram um impacto imediato sobre o comportamento linguístico. É possível que as fortes tendências de latinização fossem apoiadas por internacionalismos. Seria necessário estudar um a um cada caso, para compreender a origem e a propagação de um vocabulário que nem sempre é exclusivamente técnico. É precisamente a demarcação entre léxico geral e terminologia específica que se apresenta como a mais difícil de conseguir. Frequentemente encontramos aqui testemunhados pela primeira vez determinados termos que só mais tarde serão incluídos nos dicionários (Constâncio 1836 é uma fonte importante neste contexto).

Não são raros os exemplos de formação de palavras espontânea e viva. Tome-se como exemplo o verbo *moleirar*¹¹, em vez de *moer*, como derivado espontâneo do nome de ofício *moleiro* (o resultado normal seria *moinheiro*, partindo do latim MOLINARIUS ou de *moinho*). Noutras denominações, como por exemplo *estanhar* dever-se-ia controlar a utilização específica. Ao contrário do que se afirma nos dicionários etimológicos, a técnica encontra-se perfeitamente instalada em Portugal desde o século XIII.¹²

11 «Todo o mestre que for achado a *moleirar* em loja que não seja sua propria ou de proprietario della ou debaixo de inspecção de outro mestre, ficará incurso na pena de vinte mil reis e quinze dias na Cadea, e a carta lhe será apreendida [...]» (1809; Langhans 1943: 161).

12 Segundo Houaiss (2001), documentável desde 1508; segundo Cunha (1986), 1848; Machado (1977) não menciona esta palavra. De facto, está documentado já no célebre inventário de 1253: *garnimento stanado, pregadura stanada, spore stagnate, arricaues stagnati...*, sendo discutível o comportamento eclético dos citados autores face à documentação em latim medieval. A forma portuguesa já

Evidentemente há bastantes termos técnicos cuja datação e/ou etimologia específica não se encontram nos dicionários etimológicos. Assim, por exemplo, e para citar apenas alguns poucos tecidos, *lapim* «sarja preta» encontra-se atestado quase um século antes da data com que nos brinda o Houaiss (2001), em 1862:

Inglaterra introduz este genero: *lapins* de seda e lãa, de toda a qualidade [...] Este genero teve grande aceitação no seu principio; porem a experiencia mostrou a sua ruim qualidade pelo decurso do tempo, de maneira, que sendo já a sua entrada tão diminuta, para acabar de o extinguir sera util a sua prohibição (1772; Santana 1976: 269).

Sufolié, segundo Silva (1949/59) «certo tecido de algodão do séc. XVIII» do Brasil, falta no Aurélio (1999), no Houaiss (2001) e nos dicionários etimológicos. A história material e linguística seria de verificar com base em passagens como

[...] [panos de linho, *sufoliés*] e toda a mais lençaria branca ou de cores das fabricaz destes Reynos ou vindas da Azia pelas naus portuguezas e das fabricas dos Reynos estrangeiroz sendo permittidas (1757; Santana 1976: 44)

ou

Alemanha por Hamburgo introduz este genero: *sofoliés*, panno de linho pintado de imprensa, e manufacturado em Alemanha [...] / Este genero hé de ruim qualidade e costuma ter a sua mayor applicação para forros de caixas e baús, fazendo á primeira vista figura de chita, cuja apparencia brevemente se desvanece, tornando-se em huma desengraçada côr; conhecendo-se então o defeito da sua qualidade. Pode-se suprir com infinitas drogas de algodão, muito mais duraveis e de igual commodidade no preço, que costumam vir da Azia em navios proprios; alem das que se podem executar nas novas fabricas de algodão, a que já se vay dando hum feliz principio; termos em que parece se faz inteiramente desnecessaria a entrada de semelhante genero (1772; Santana 1976: 269-270).

Segundo o Houaiss (2001), *melânia* «espécie de tecido ondeado, de lã ou de seda, próprio para decorações» e muito procurado como tecido de decoração, encontra-se testemunhado apenas a partir de 1858. Machado (1977) reporta-se ao Inventário de D. Catarina datado de 1706, escrevendo-o porém *melania* e a forma histórica *mallania*. É um caso interessante que mereceria uma notícia monográfica sobre a forma fonética *melânia* resp. *melania* (os dicionários e a tradição

se documenta, pelo menos, desde 1500 [*ferro estanhado*], no célebre Livro de cozinha da Infanta D. Maria (cf. Manuppella 1986), fonte utilizada por todos.

textual contradizem-se)¹³ e a etimologia. Se os testemunhos mais antigos até agora conhecidos e datados de 1704 reportam a uma cama castelhana de *melania* ou à decoração de igrejas, a verdade é que para nós é importante o contexto histórico-cultural:

Italia e Inglaterra introduzem este genero: *melânias* de seda e *mevas melânias* [...] Esta fazenda hé aparentemente engraçada; mas na verdade enganoza e de nenhuma duração. Sendo prohibida a sua entrada, se facili / tará assim a Real Fabrica como os mais fabricantes de sedas, dispersos, a extracção de outros tecidos que tem a mesma graça e belleza (1772; Santana 1976: 263-264).

De delimitar igualmente o volume semântico, por exemplo, de *quinguilharia(s)* e a sua importante forma paralela *quincalharia*. No entanto, até lexemas centrais como *fábrica* (com a família lexical *fabricar*, *fabricante* e *fabrico*) ou *manufatura* (com *manufaturar*)¹⁴ necessitariam de uma verificação pormenorizada (Macedo 1982: 59-61).

Neste contexto linguístico, formações deonímicas do tipo *bretanha* «tecido branco muito fino, de linho ou de algodão»,¹⁵ *irlanda* «tecido muito fino de algodão ou de linho»,¹⁶ *londres* «espécie de tecido antigo, que se fabricava em Londres»,¹⁷ e também o deónimo

13 *Melania*, no *Grande dicionário da língua portuguesa* de Silva pelo menos até a 7ª edição, em Vieira (1871/74), no *Dicionário da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa* (2001), e no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (Academia das Ciências de Lisboa 1940). Figueiredo (1899) cita *melânia* «qualidade daquilo que é sombrio ou escuro», sem mencionar o tecido.

14 Segundo Houaiss (2001) só desde 1789, Cunha (1986) se refere a Vieira (1873) (cf. Vieira 1871/74). A palavra está muito presente na nossa documentação, p.ex. «se porão novamente em exercicio os teares de lenços chamados do penhasco, que na cidade de Lamego e outras se *manufaturavam* de excellente qualidade e perfeição, tendo geral consumo em todo o Reino e Conquistas; e se accrescentará mais um genero aos fabricantes de sedas de teares de largo que possam *manufaturar* em sua propria utilidade e do publico» (1772; Santana 1976: 260).

15 Segundo Houaiss (2001) desde Cardozo no ano 1562. Cunha (1986) indica séc. 18, data que tomou evidentemente de Machado (1977) que dá 1706. A primeira datação é, neste momento, 1493. Em cast., *bretaña* encontra-se bem documentado desde 1445/1591 (CORDE); falta, como também *irlanda* e *londres*, em Martínez Meléndez (1989).

16 Silva (1949/59: 6, p. 8); falta em Houaiss (2001), Cunha (1986) e Machado (1977). Encontramos várias atestações de 1430 e 1552 nos materiais estudados.

17 Silva (1949/59: 6, p. 298a); falta em Houaiss (2001), Machado (1977), Cunha (1986) e Martínez Meléndez (1989). Este tecido já se documenta na célebre lista

londrisinho, que falta nos dicionários mas vem mencionado por Viterbo (1962: 2, p. 370) aparecem bastante cedo e em número especialmente elevado. Na documentação de que disponho encontramos muitos exemplos deste tipo.¹⁸

Estas especificidades léxicas, que se acumulam no Século das Luzes, poderiam ser reunidas sem dificuldade num vocabulário específico do «Antigo Regime» (segundo Mattoso (1993), de 1680 a 1807) ou, limitado no tempo, do «Despotismo iluminado» (segundo Serrão (1990), de 1750 a 1807) ou até à dissolução da Casa dos Vinte e Quatro e da Junta do Comércio (1834). Por muito úteis que possam ser estes inventários, seria imprescindível inseri-los no contexto da evolução da língua portuguesa: esta língua e este léxico específicos não surgem do nada nem desaparecem sem deixar rasto. O conhecimento do meio político, social e cultural é condição prévia necessária para a classificação e interpretação correctas. E o chamado Século das Luzes continua para nós bastante obscuro. A lexicografia histórica do Português, porém, não dispõe das obras de base para tal tarefa. Os dicionários existentes não são de forma alguma tão maus como por vezes se afirma; no entanto, a base documental e a interpretação histórico-cultural e linguística não se encontram ainda a um nível que faça totalmente jus às exigências e possibilidades científicas do nosso tempo.

Bibliografia

- Academia das Ciências [de Lisboa] (1940): *Vocabulario ortografico da lingua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Aurélio (1999) = Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda (1999): *Aurélios século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Coord. e ed. Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira. 3a ed. totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barbosa, José (1962): «Para o estudo das origens da indústria em Portugal», em: *Vértice* 22, pp. 15-21, 152-163, 244-252, 309-322.
- Caetano, Lucília (1987): «Revolução Francesa na industrialização de Portugal», em: *Romance Philology* 23, pp. 249-270.

alfandegária de 1253, sendo necessária a distinção entre lugar de procedência (cinta, alfrés, corda) e formação deonímica (tecido).

18 Para alguns exemplos do séc. XVIII cf. Kremer (2001: 198-199).

- Constâncio, Francisco Solano (1836): *Novo dicionário critico e etymologico da lingua portugueza, precedido de hum introdução grammatical*, Paris.
- CORDE = Real Academia Española: Banco de datos (CORDE) [en línea] (s.a.): *Corpus diacrónico del español* <<http://www.rae.es>>.
- Correia, Vergílio (ed.) (1926): *Livro dos Regimentos dos Officiaes mecanicos da mui nobre e sempre leal Cidade de Lixboa (1572)*. Publicado e prefaciado pelo Dr. Vergílio Correia, Coimbra: Imprensa da Universidade. [edição incompleta]
- Cunha, Antônio Geraldo da (1986): *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*, 2.^a Edição revista e acrescida de um Suplemento, Rio de Janeiro: Nova Fronteira [= Cunha].
- Dias, Luís Fernando de Carvalho (1955): «Relação das fábricas de 1788», em: *Boletim de Ciências Económicas* (Lisboa) 4, 1, pp. 24-42.
- Dicionário da Língua Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa* (2001), 2 vols., Lisboa: Verbo.
- Figueiredo, Cândido de (1899): *Nôvo Diccionário da língua portugueza, comprehendendo: alem do vocabulario commum aos mais modernos diccionários da lingua cerca de 30,000 vocabulos que o autor colheu; na linguagem popular das provincias e ilhas; em antigos manuscritos da Torre do tombo e de outros archivos; na tecnologia industria e scientifica [...] e na linguagem brasilica, que contribuiu para esta obra com mais de 5,000 vocabulos, não registados ate agora em diccionários portugueses*, 2 vols., Lisboa: T. Cardoso & Irmão.
- Godinho, Vitorino Magalhães (1955): *Prix et monnaies au Portugal*, Paris: Armand Colin.
- Houaiss (2001) = Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia (2001): *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, Rio de Janeiro: Objetiva.
- Kremer, Dieter (1998): «Sarmiento und Portugal», em: *Galicien-Magazin* (Trier) 6, pp. 23-27.
- Kremer, Dieter (2000): «Ofícios mecânicos: história e linguística», em: *Anais da Academia Portuguesa da História* (Lisboa), II Série, vol. 39, pp.189-205.
- Kremer, Dieter (2001): «A primeira Revolução Industrial e a língua portuguesa», em: Thielemann, Werner (ed.): *Século XVIII: Século das Luzes. Século de Pombal*, Frankfurt/Main: TFM, pp. 171-202.
- Langhans, Franz-Paul (1943): *As corporações dos ofícios mecânicos. Subsídios para a sua história*, com um estudo do Prof. Doutor Marcello Caetano, vol. 1, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Langhans, Franz-Paul (1946): *As corporações dos ofícios mecânicos. Subsídios para a sua história*, com um estudo do Prof. Doutor Marcello Caetano, vol. 2, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Macedo, Jorge Borges de (1982): *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*, 2.^a edição, Lisboa: Quercus.
- Machado, José Pedro (1977): *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, 5 vols., Lisboa: Horizonte.

- Manuppella, Giacinto (ed.) (1986): *Livro de cozinha da Infanta D. Maria. Códice português I.E. 33 da Biblioteca Nacional de Nápoles*, Prólogo, leitura, notas aos textos, glossário e índices de Giacinto Manuppella, Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- Martínez Meléndez, M.^a Del Carmen (1989): *Los nombres de tejidos en castellano medieval*, Granada: Universidad.
- Mattoso, José (ed.) (1993): *História de Portugal*, IV, Lisboa: Círculo de Leitores.
- Oliveira, Eduardo Freire de (1882/1911): *Elementos para a história do município de Lisboa*, 17 vols., Lisboa: Typographia Universal.
- Ratton, Jacome (1813): *Recordacoens de Jacome Ratton sobre occurrencias do seu tempo em Portugal, durante o lapso de sesenta e tres annos e meio, alias de maio 1747 a Setembro de 1810. Que rezidio em Lisboa: acompanhadas de algumas subsequentes reflexoens suas, para informacoens de seus proprios filhos*, Londres: H. Bryer.
- Santana, Francisco (1976): *Documentos do Cartório da Junta do Comércio respeitantes a Lisboa, I (1755-1804)*, Lisboa: Câmara Municipal.
- Santana, Francisco (1978): *Documentos do Cartório da Junta do Comércio respeitantes a Lisboa, II (1804-1833)*, Lisboa: Câmara Municipal.
- Serrão, Joaquim Veríssimo (1990): *História de Portugal*, VI: *O Despotismo Iluminado (1750-1807)*, 2.^a edição, revista, Lisboa: Verba.
- Serrão, Joel (ed.) (1979): *Dicionário de História de Portugal*, 2.^a Impressão, 6 vols., Lisboa.
- Silva, António Morais (1949/59): *Grande dicionário da língua portuguesa*, 10.^a Edição revista, corrigida, muito aumentada e actualizada [...] por Augusto Moreno, Cardoso Júnior e José Pedro Machado, 12 vols., Lisboa: Confluência.
- Sousa, Fernando de (1978): «A indústria das sedas em Trás-os-Montes (1790-1813)», em: *Revista de história económica e social* 2, pp. 59-73.
- Vieira, Frei Domingos (1871/74): *Grande diccionario portuguez ou Thesouro da Lingua Portuguesa*, 5 vols., Porto: Chardon / Moraes.
- Viterbo, Fr. Joaquim de Santa Rosa de (1962): *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram [...]*, edição crítica por Mário Fiúza, 2 vols., Porto / Lisboa: Livraria Civilização.